II SEMINÁRIO | Observatório do Trabalho do Rio Grande do Sul

Caderno de Resumos

FGTAS Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social
GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
sine SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO
FAT Fundo de Amparo ao Trabalhador
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

II SEMINÁRIO | Observatório do Trabalho do Rio Grande do Sul

Conferência de abertura

Eu, quilombola: caminhos e descaminhos de um corpo negro no mundo do trabalho gaúcho - entre a roça e a universidade

Resumo:
A conferência parte das escrevivências de um homem negro e quilombola do Rio Grande do Sul para refletir sobre os caminhos e descaminhos de sua trajetória no mundo do trabalho, entre a roça, o serviço público e a universidade. A partir dessa experiência, propõe discutir como o racismo estrutural, as desigualdades de oportunidades e as hierarquias sociais atravessam os corpos negros e condicionam suas possibilidades de inserção, permanência e reconhecimento profissional. O percurso individual é articulado à história coletiva da população negra gaúcha, especialmente das comunidades quilombolas, evidenciando o trabalho como espaço de exploração, resistência, produção de saberes e transformação social. A reflexão convida a pensar os desafios das políticas públicas para a promoção da igualdade racial e do direito ao trabalho digno.



Autor: Jorge Amaro de Souza Borges | UFRGS

Quilombola dos Teixerias (Mostardas/RS), é professor da Faculdade de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS. Doutor em Políticas Públicas pela UFRGS, mestre em Educação pela PUCRS e biólogo pelo IPA. Pesquisador quilombola, atua nas áreas de políticas públicas, relações étnico-raciais, desenvolvimento territorial, inclusão e direitos humanos.



Coordenadora: Maria Cristina C. de Castilhos França | IFRS

Cientista Social, doutora em Antropologia Social. Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e atua como docente permanente nos Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (IFRS) e no de Educação em Ciências (UFRGS).



Mediadora: Rosane Teresinha Carvalho Porto | Unijuí

Professora-pesquisadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direitos Humanos - da UNIJUÍ. Advogada.

FGTAS Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social · Governo do Estado Rio Grande do Sul Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Profissional · sine Sistema Nacional de Emprego · FAT Fundo de Amparo ao Trabalhador · Ministério do Trabalho e Emprego · Governo do Brasil do lado do povo brasileiro

II SEMINÁRIO | Observatório do Trabalho do Rio Grande do Sul

Painel 1

O desafio da informalidade no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul



Coordenador e mediador:
Moisés Waismann | Prefeitura de Porto Alegre

A informalidade no mercado de trabalho constitui um constante desafio para as políticas públicas de promoção de trabalho, emprego e renda no Rio Grande do Sul. Ainda que, conforme PNAD Contínua (IBGE), a taxa de informalidade no estado seja menor que em outras unidades da federação, representa, de todo modo, uma parcela relevante do contingente de ocupados, trabalhadores que estão descobertos pela proteção social. Quando são levantadas causas para a informalidade, são lembrados, não raro, os custos de contratação, os programas de transferência de renda, a rigidez da regulação do trabalho no Brasil e inclusive aciona-se o desapego à CLT por parte dos trabalhadores. Lembra-se também, por outro lado, a baixa competitividade das empresas brasileiras e a persistência de relações de trabalho arcaicas. É considerável ainda o quantitativo de empregados do setor privado sem carteira assinada no estado, o que afeta negativamente inclusive fundos públicos responsáveis por importantes recursos para investimentos no setor produtivo. Também a plataformização das relações de trabalho tem estimulado a informalidade. E a pejotização emerge como uma formalização que não combate a precariedade das relações de trabalho, precariedade que a Reforma Trabalhista ampliou no trabalho formal. Diante desse quadro, o Painel debate caminhos para dirimir a informalidade no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul.

Painelistas:

1. Ana Paula D'Ávila | FURG
2. Lúcia Garcia | DIEESE
3. Martin Calvete | Fecomércio-RS

II SEMINÁRIO | Observatório do Trabalho do Rio Grande do Sul

Painel 1 - Resumos

O desafio da informalidade no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul



Painelista:
Ana Paula Ferreira D'Avila | FURG

Professora do Curso de Ciências Sociais Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPel). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2018). Desenvolve pesquisas na área da Sociologia do Trabalho.

Título: A Informalidade e as desigualdades étnico raciais e de gênero: compreender para promover o trabalho decente

Resumo: O mercado de trabalho brasileiro é marcado pela heterogeneidade. A presente comunicação visa abordar a informalidade como uma das características desse mercado, a partir de uma perspectiva que a considera como expressão da reprodução das desigualdades étnico raciais e de gênero. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a informalidade se caracteriza pela inserção em atividades sem registro na carteira e sem CNPJ, por conseguinte, sem acesso a proteção previdenciária e aos demais direitos trabalhistas. Embora a Reforma Trabalhista de 2017 tenha sido apresentada como mecanismo de ampliar a formalização, na verdade houve o rebaixamento do patamar de direitos e a informalidade permanece elevada. Esse fenômeno afeta de maneira desigual a população trabalhadora, quando pensamos na composição do perfil desses trabalhadores (as) temos pessoas negras como as mais afetadas. O retrato da informalidade no Brasil e no estado, refletem a herança da escravidão, pois mesmo com a Abolição não houveram políticas de integração da população negra ao mercado de trabalho, ao contrário as políticas estiveram voltadas para a imigração que também visava o branqueamento da população. Nesse sentido, pensar a informalidade com o intuito de promover políticas públicas, requer a articulação com formas de combate ao racismo estrutural e a discriminação de gênero com vista a promoção ao trabalho decente, conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

II SEMINÁRIO | Observatório do Trabalho do Rio Grande do Sul

Painel 1 - Resumos

O desafio da informalidade no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul



Painelista:
Lúcia Garcia | DIEESE

Economista Sênior do DIEESE. Mestra em Economia/UFRGS. Especialista em pesquisa e análise do mercado de trabalho. Professora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho.

Título: O desafio da informalidade no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul

Resumo: A exposição se pautará na magnitude e condição de inserções produtivas informais no mercado de trabalho gaúcho em meio ao crescimento e surgimento de formas de trabalho, sobretudo, a partir da Reforma Trabalhista de 2017 e aprofundamento da terciarização ocupacional do estado. Deverá problematizar o perfil sociodemográfico da ocupação desprotegida, situando riscos em um cenário de rápido envelhecimento populacional.

II SEMINÁRIO | Observatório do Trabalho do Rio Grande do Sul

Painel 1 - Resumos

O desafio da informalidade no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul



Painelista:
Martin Calvete| Fecomércio-RS

Mestre e Doutorando pela UFRGS. Pesquisador do Instituto Fecomércio-RS de Pesquisa (IFEP).

Título: Determinantes e Perfil da Economia Informal no Brasil

Resumo: A literatura aponta o crescimento econômico e a carga tributária como determinantes centrais da informalidade: a expansão do PIB amplia a capacidade de absorção do setor formal, enquanto impostos e encargos elevados tornam a formalização mais custosa e estimulam a evasão. Características do trabalhador, como escolaridade, idade, sexo e região, também influenciam essa inserção. Com dados da PNAD Contínua de 2025, comparamos informais, formais e PEA: no RS, os informais são mais velhos, menos escolarizados, mais presentes em áreas rurais e na agropecuária, e recebem cerca de um terço a menos que os formais. O estado tem informalidade de cerca de 31%, ante quase 38% no país. Contudo, a decomposição de Oaxaca-Blinder sugere que essa vantagem pouco se explica pelo perfil dos trabalhadores, apontando para fatores estruturais e institucionais. Já a diferença salarial entre formais e informais é menor no RS que no Brasil e decorre, em boa parte, da escolaridade.

II SEMINÁRIO | Observatório do Trabalho do Rio Grande do Sul

Painel 2

SINE: diagnóstico e perspectivas



Coordenador e mediador:
Cristian Machado | Diretor-Presidente da FGTAS

O Sistema Nacional de Emprego (SINE) conta já com uma longa trajetória. Criado em 1975, completou 50 anos em 2025. Durante esse meio século, colaborou significativamente para a promoção do encontro de quem precisa de mão de obra com quem precisa de trabalho, bem como com a qualificação profissional e com o apoio ao trabalhador em situação de desemprego, inclusive no Rio Grande do Sul. De todo modo, são muito os desafios para o SINE enquanto política pública de trabalho, emprego e renda. Diante disso, o painel propõe reunir especialistas que se dedicam a refletir, desde um ponto de vista do Rio Grande do Sul, sobre esses desafios, bem como a traçar perspectivas sobre o futuro do Sistema, tendo em vista a articulação no Programa do Seguro-Desemprego, as mudanças advindas do marco legal atual e as diretrizes recentes emanadas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Painelistas:

1. Aline Elesbão | SRT-RS/MTE
2. Juliano Florczak Almeida | FGTAS

II SEMINÁRIO | Observatório do Trabalho do Rio Grande do Sul

Painel 2 - Resumo

SINE: diagnóstico e perspectivas



Painelista:
Aline Elesbão | SRTE-RS

Chefe da Seção de Relações de Trabalho da SRTE-RS. Atua como mediadora de conflitos coletivos do trabalho no MTE. Representante do Governo Federal no CTER-RS. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do RS.

Título: Evolução legislativa do SINE: marco histórico e institucional

Resumo: A exposição busca, ao apresentar a evolução legislativa do SINE, salientar como a legislação transformou o Sistema Nacional de Emprego em uma política pública federativa. Repassa-se brevemente por toda a trajetória do SINE, desde a ratificação da Convenção nº 88 da OIT e a publicação do Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975, que instituiu o Sistema, até desdobramentos contemporâneos do marco legal vigente (Lei nº 13.667/2028). Encerra-se com desafios atuais do SINE e com uma análise crítica do processo de descentralização promovido pela Lei nº 13.667/2028.

FGTAS Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social
GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
sine SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO
FAT Fundo de Amparo ao Trabalhador
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

II SEMINÁRIO | Observatório do Trabalho do Rio Grande do Sul

Painel 2 - Resumo

SINE: diagnóstico e perspectivas



Painelista:
Juliano Florczak Almeida | FGTAS

Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Fez estágio de pós-doutorado na EPHE-PSL/Paris. É analista sociólogo da FGTAS, onde atualmente responde pela Seção de Informação e Pesquisa/DRMT, setor responsável pelo monitoramento e avaliação das ações de intermediação de mão de obra e de apoio ao trabalhador desempregado no SINE-RS.

Título: Desafios e potencialidades do SINE a partir de seus resultados recentes

Resumo: A exposição parte dos resultados quantitativos do SINE nos períodos recentes para lançar luz sobre desafios e potencialidades do Sistema, tendo foco principal nos seus desdobramentos no Rio Grande do Sul. Observando principalmente os resultados nas variáveis de habilitação para percepção de Seguro-Desemprego, encaminhamentos para vagas e colocações resultantes, sugere-se que o SINE, ao completar 50 anos de história, encontra-se em uma encruzilhada significativa. Se por um lado a articulação com no Programa do Seguro-Desemprego representou um salto qualitativo na sua trajetória, a plataformização recente do requerimento do Seguro-Desemprego e da intermediação cria possibilidades de potencializar a política pública de reinserção dos requerentes de Seguro-Desemprego, ainda que tenha produzido desafios para a promoção dessa reinserção.

II SEMINÁRIO | Observatório do Trabalho do Rio Grande do Sul

Painel 3

Inserção laboral de migrantes e refugiados no Rio Grande do Sul contemporâneo



Coordenadora e mediadora:
Diana Bolaños Erazo | UFSM

Recentemente, foram instituídas a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia e a Política Estadual para Migrantes do Rio Grande do Sul, por meio, respectivamente, do Decreto nº 12.657/2025 e da Lei Ordinária nº 16.426/2025. Ambas estabeleceram a promoção da inserção laboral de migrantes e refugiados como ação prioritária. As Resoluções CODEFAT nos 994/2024 e 1.014/2025 incluíram migrantes, refugiados e apátridas entre os públicos prioritários do Sistema Nacional de Emprego. Também em 2025 foi lançado no Rio Grande do Sul, estado que tem recebido considerável fluxo migratório internacional, um hub do Fórum Empresas com Refugiados, uma iniciativa do ACNUR e do Pacto Global da ONU que conta com a FGTAS como instituição líder local. A iniciativa busca fomentar uma rede de empresas que acolhem refugiados em seus quadros funcionais, com a finalidade ampliar a contratação de migrantes e refugiados e de circular boas práticas. Além disso, a FGTAS conta com parceria da OIM desde 2023. Tendo em vista esse cenário, o Painel objetiva reunir análises sobre a inserção laboral de migrantes e refugiados no Rio Grande do Sul contemporâneo, dando primazia para levantamentos quantitativos sobre a presença de migrantes e refugiados no mercado de trabalho local e para estudos que problematizam desafios desse processo de inclusão produtiva ou que se debruçam sobre as políticas públicas de promoção do acesso ao trabalho.

Painelistas:

1. Luise Bittencourt | UFRGS
2. Nayibel de los Angeles Garcia Siso | UFSM
3. Patrícia Grazziotin Noschang | UPF

Painel 3 - Resumos

Inserção laboral de migrantes e refugiados no Rio Grande do Sul contemporâneo



Painelista:
Luise Bittencourt | UFRGS

Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pesquisadora, docente e gestora, com atuação nas conexões entre pessoas, trabalho, carreira, diversidade, migrações e organizações. Integra pesquisa acadêmica, docência e experiência prática em gestão de negócios, projetos, equipes e desenvolvimento.

Título: A universidade além do ensino: uma infraestrutura pública de acolhimento e reconstrução de trajetórias

Resumo: A inserção laboral de migrantes e refugiados no Rio Grande do Sul ultrapassa o simples acesso a uma vaga de emprego. As pesquisas mostram que idioma, documentação, raça, gênero, nacionalidade e condição migratória influenciam as oportunidades de trabalho. Muitos profissionais enfrentam dificuldade para revalidar diplomas e comprovar suas qualificações, sendo direcionados a atividades informais, precárias ou incompatíveis com sua formação. A necessidade imediata de renda também pode levá-los a aceitar baixos salários, sobrecarga e ausência de direitos. Relatos de xenofobia e racismo evidenciam que ser estrangeiro e negro produz barreiras específicas. Nesse contexto, as universidades assumem papel fundamental ao oferecer ingresso diferenciado, acolhimento linguístico, apoio documental, assistência estudantil e ações contra a discriminação. Iniciativas da UFSM e da UFRGS, por exemplo, demonstram que o acesso precisa estar acompanhado de políticas de permanência. Incluir significa garantir trabalho digno, reconhecimento e condições para reconstruir trajetórias.

Painel 3 - Resumos

Inserção laboral de migrantes e refugiados no Rio Grande do Sul contemporâneo



Painelista:
Nayibel de los Angeles Garcia Siso | UFSM

Mestre em Extensão Rural pela UFSM, e Engenharia Agroindustrial pela Unellez (Venezuela), pesquisadora com foco em migrações internacionais como força de trabalho, com atuação em gestão e assistência técnica de campo. Membro do grupo de pesquisa Tramas -Trabalho, Agricultura e Movimentos Sociais (UFSM).

Título: Trajetórias além da força de trabalho: vulnerabilidades, desafios e contribuições de venezuelanos em áreas do agronegócio no Rio Grande do Sul

Resumo: A origem e a participação dos imigrantes internacionais no mercado de trabalho formal brasileiro mudaram a partir de 2010, tendo o Rio Grande do Sul como polo de atração. Nesse cenário, predominam os venezuelanos no preenchimento de vagas. Mediante um estudo qualitativo se descrevem as condições de trabalho de um grupo destes migrantes em áreas do agronegócio gaúcho; especificamente na agricultura, pecuária e frigoríficos em Júlio de Castilhos e Venâncio Aires, entre 2020 e 2023. Evidenciou-se a absorção em postos de baixa qualificação, incompatíveis com sua escolaridade e experiência, marcados por intenso esforço físico, longas jornadas, baixa remuneração e riscos à saúde e segurança, sob mediação sindical e governamental enfraquecida, gerando sofrimento e frustração. Contudo, os migrantes mobilizam seu capital cultural, redes de apoio e sentimentos de gratidão para ressignificar sua presença. Como sua permanência depende tanto da própria ação quanto das instituições formais e informais em volta dele, a governança precisa aproveitar o quadro legal vigente e em desenvolvimento para superar a visão assistencialista do fenômeno migratório e potencializar suas contribuições à economia, cultura e sociedade.

II SEMINÁRIO | Observatório do Trabalho do Rio Grande do Sul

Painel 3 - Resumos

Inserção laboral de migrantes e refugiados no Rio Grande do Sul contemporâneo



Painelista:
Patrícia Grazziotin Noschang | UPF

Doutora em Direito e Relações Internacionais pela UFSC com período de estudos na Itália e Argentina. Advogada e Professora na Graduação e no Mestrado em Direito da UPF. Coordenadora do Projeto de Extensão Balcão do Migrante e Refugiado e da Cátedra Sérgio Vieira de Mello.

Título: Inclusão laboral de pessoas migrantes e refugiadas: desafios para integrar e pertencer

Resumo: A inserção laboral de pessoas migrantes e refugiadas vai além da oportunidade de contratação: exige o reconhecimento e o respeito à diversidade cultural, religiosa e linguística que caracteriza as experiências migratórias. A partir de situações concretas acompanhadas pelo Balcão do Migrante e Refugiado da Universidade de Passo Fundo (UPF), a fala propõe uma reflexão sobre as barreiras e os desafios enfrentados por pessoas migrantes e refugiadas no acesso e na permanência no mercado de trabalho, bem como sobre o papel das empresas na construção de ambientes profissionais inclusivos. Busca-se destacar que a inclusão efetiva pressupõe diálogo intercultural, superação de estereótipos e disposição para compreender e valorizar as diferenças. Nesse sentido, a diversidade não deve ser vista como obstáculo à empregabilidade, mas como uma dimensão das relações de trabalho que, quando reconhecida e respeitada, pode contribuir para transformar oportunidades de emprego em pertencimento, dignidade e participação social.

II SEMINÁRIO | Observatório do Trabalho do Rio Grande do Sul

Painel 4

O mercado de trabalho do Rio Grande do Sul diante da crise climática



Coordenador e mediador:
José Marcos Froehlich | UFSM

A ocorrência de eventos climáticos extremos tem se tornado cada vez mais frequente no Rio Grande do Sul. Se no começo de 2023 as secas iniciadas três anos antes ainda marcavam a paisagem do estado e contribuíam largamente para variações negativas do PIB, o final de 2023 foi marcado por enchentes, prelúdios da maior catástrofe climática do estado, resultantes das precipitações recordes de maio do ano seguinte. Sintomas da crise climática global, esses eventos colocam em questão o futuro de atividades econômicas hoje centrais para economia do estado e para a geração de trabalho e renda no território gaúcho. Diante disso, o Painel busca reunir reflexões sobre os impactos das mudanças climáticas no mercado de trabalho gaúcho, priorizando balanços sobre as consequências dos eventos climáticos recentes sobre a economia e o mercado de trabalho e análises de desafios e oportunidades da transição ecológica justa no estado.

Painelistas:

1. Camila Évelin Lima Rode | Fetag-RS
2. Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho | DEE-SPGG
3. Nelson Wild | Fetar-RS
4. Silvio Cezar Arend | UNISC

FGTAS Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social · Governo do Estado Rio Grande do Sul Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Profissional · sine Sistema Nacional de Emprego · FAT Fundo de Amparo ao Trabalhador · Ministério do Trabalho e Emprego · Governo do Brasil Do lado do povo brasileiro

II SEMINÁRIO | Observatório do Trabalho do Rio Grande do Sul

Painel 4 - Resumos

O mercado de trabalho do Rio Grande do Sul diante da crise climática



Painelista:
Camila Évelin Lima Rode | Fetag-RS

Exerceu o cargo de Diretora de Administração e Planejamento da Prefeitura de Arroio do Tigre e Coordenadora de Juventude da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do RS – FETAG-RS. É atualmente a 1ª Secretária da FETAG-RS.

Título: Impactos das mudanças climáticas na agricultura familiar do Rio Grande do Sul

Resumo: Diante das mudanças climáticas, a agricultura familiar do Rio Grande do Sul tem se reorganizado para enfrentar temperaturas acima da média, frequência mais elevada de tempestades, inundações e secas. Os impactos da crise climática sentem-se especialmente no planejamento dos cultivos, bem como na sucessão da pequena propriedade. Assim, a exposição objetiva documentar esses impactos e elencar sugestões de intervenções do poder público.

FGTAS Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social · Governo do Estado Rio Grande do Sul Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Profissional · sine Sistema Nacional de Emprego · FAT Fundo de Amparo ao Trabalhador · Ministério do Trabalho e Emprego · Governo do Brasil Do lado do povo brasileiro

II SEMINÁRIO | Observatório do Trabalho do Rio Grande do Sul

Painel 4 - Resumos

O mercado de trabalho do Rio Grande do Sul diante da crise climática



Painelista:
Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho | DEE-SPGG

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1986), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1994) e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2008). Atualmente é técnico do Departamento de Economia e Estatística (DEE) da Secretaria de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul. A atuação profissional se concentra nos campos de Sociologia do Trabalho e Sociologia Econômica, em temáticas relacionadas a mercado de trabalho, desenvolvimento regional e políticas públicas.

Título: O impacto do evento climático extremo de 2024 no mercado de trabalho gaúcho

Resumo: O impacto do evento climático extremo de 2024, no mercado de trabalho gaúcho, foi intenso, mas a recuperação foi rápida. A taxa de desocupação, estável no trimestre do evento, já no trimestre seguinte voltou a cair, como no conjunto do país. O rendimento médio real habitual dos ocupados retomava, ao final daquele ano, a alta iniciada em 2022. O emprego formal teve uma perda de 30,8 mil postos, entre maio e junho de 2024, só comparável ao contexto da eclosão da pandemia de Covid-19, mas passou por uma recomposição relativamente veloz, fechando o ano com crescimento de 2,3%. Alguns danos, no entanto, podem ter sido mais duradouros, como a perda de instalações, a deterioração de grandes áreas de terra, além de migrações provocadas por experiências traumáticas. O desastre aconteceu em um momento em que, no Brasil, a geração de empregos formais estava se acelerando, o que ampliou a desvantagem relativa do Estado no mercado de trabalho nacional. Os piores resultados do emprego formal concentraram-se no leste e no norte do RS, especialmente nos municípios que foram o epicentro da Área Diretamente Afetada, das latitudes centrais do Estado irradiando-se para os Vales do Taquari, do Rio Pardo e do Sinos e a Região Metropolitana de Porto Alegre.

II SEMINÁRIO | Observatório do Trabalho do Rio Grande do Sul

Painel 4 - Resumos

O mercado de trabalho do Rio Grande do Sul diante da crise climática



Painelista:
Nelson Wild | Fetag-RS

Assalariado rural com formação superior, líder de base, foi presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Bagé por vários mandatos, diretor executivo da Fetag e partir de 2015, presidente da Feta por dois mandatos. Atualmente é segundo secretário desta mesma Federação e diretor financeiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bagé, sempre na defesa intransigente da categoria dos trabalhadores assalariados(as) Rurais do Brasil.

Título: A proteção dos assalariados rurais no Rio Grande do Sul diante das mudanças climáticas

Resumo: Considerando as condições extremas que o estado do Rio Grande do Sul tem vivenciado, seja a ocorrência de temporais com ventos fortes, grandes volumes de chuva, quedas frequentes de granizo, descargas atmosféricas, sejam verões com temperaturas acima da média, as organizações dos trabalhadores assalariados acordaram com patronal adoção de medidas, visando a proteção dos trabalhadores contra intempéries. Essas medidas foram consolidadas em documento firmado por representações da FARSUL, da FETAG-RS e do MTE. A exposição busca detalhar as motivações para a construção desse pacto e o processo de negociação para sua criação, bem como a relação das medidas adotadas.

II SEMINÁRIO | Observatório do Trabalho do Rio Grande do Sul

Painel 4 - Resumos

O mercado de trabalho do Rio Grande do Sul diante da crise climática



Painelista:
Silvio Cezar Arend | UNISC

Economista (FISC, 1999), Me. em Economia Rural (UFRGS, 1993), Dr. em Economia (UFRGS, 2001), estágio pós-doutoral (UNIOESTE, 2015). Professor Titular, Departamento de Gestão de Negócios e Comunicação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), com atividades de docência e pesquisa nos programas de pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) e Administração (PPGA) e nos cursos de Ciências Econômicas e Relações Internacionais, nas áreas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, indicadores de desenvolvimento, desenvolvimento regional, desenvolvimento econômico, micro e macroeconomia, pensamento econômico, economia brasileira, teoria dos jogos e econometria.

Título: Efeitos das mudanças climáticas no Rio Grande do Sul à luz da Teoria Cepalina

Resumo: Os efeitos das mudanças climáticas são cada vez mais evidentes no cotidiano, manifestando-se por meio de eventos extremos. No Rio Grande do Sul esses fenômenos têm sido intensos, com ciclos de secas e enchentes que resultaram em grandes prejuízos econômicos, sociais e ambientais, sobretudo nos anos de 2023 e 2024. A CEPAL passou a incorporar temas ambientais de maneira mais consistente a partir dos anos 2000, adequando suas análises às transformações contemporâneas. Este estudo tem como objetivo analisar as mudanças climáticas no Estado do Rio Grande do Sul à luz das contribuições da CEPAL. Foi realizada pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, com levantamento de dados alicerçados no arcabouço teórico-estruturalista cepalino. Os resultados apontaram que o estado gaúcho deve investir em diversificação produtiva, priorizando o setor de economia verde e reformar estruturalmente a sua política, economia e sociedade.

II SEMINÁRIO | Observatório do Trabalho do Rio Grande do Sul

Conferência de encerramento

Desafios da economia gaúcha para geração de empregos

O objetivo é discutir os principais desafios da economia gaúcha, tanto os imediatos quanto os de uma perspectiva mais ampla. Para tanto, são apresentadas algumas tendências de longo prazo observadas no estado, e a performance econômica estadual ao longo do século XXI é discutida à luz da experiência nacional e dos demais estados. Na sequência, explora-se a atual estrutura da economia gaúcha com ênfase nas relações intersetoriais e na dinâmica da produtividade em relação ao emprego. A conclusão aponta alguns cenários e possíveis perspectivas futuras para o Rio Grande do Sul.



Autor: Alessandro Donadio Miebach | UFRGS

Atualmente é Professor Adjunto do Departamento de Economia e Relações Internacionais e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi diretor do Centro de Pesquisas e Estudos Econômicos da UFRGS (2020-2024), professor da PUCRS (2013-2018) e Analista Pesquisador na Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul.



Coordenador e mediador: Davide Carbonai | UFRGS

Professor Associado do Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (2022-2025). Docente permanente dos Programas de Pós-Graduação em Administração e em Ciência Política da UFRGS, e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

FGTAS Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social
GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
sine SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO
FAT Fundo de Amparo ao Trabalhador
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

II SEMINÁRIO | Observatório do Trabalho do Rio Grande do Sul

Lançamento de livros



Fim da Escala 6x1 e Redução da Jornada de Trabalho

Organizadores: Ana Cláudia Moreira Cardoso, Cássio da Silva Calvete, Sadi Dal Rosso, José Dari Krein

Editora: Cirkula
Link de acesso



Temas emergentes e relevantes de Direito Material e Processual do Trabalho: Novas tecnologias em pauta - vol. I

Organizadoras: Nathalie Kuczura Nedel e Maryana Zubiaurre Corrêa

Editora: Editora PRE
Link de acesso



A Reconfiguração do meio ambiente do trabalho na era das plataformas: oportunidades, riscos e composição de direitos

Autora: Adriana Aguilhar da Silva

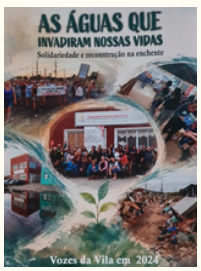
Editora: Fi
Link de acesso



O Campo em Disputa: Sobre Sindicalismo e Trabalho Rural

Autor: Everton Picolotto

Editora: Appris
Link para acesso



As águas que invadiram nossas vidas

Autora: Nelsa Inês Fabian Nespolo

Editora Oikos
Link para acesso